

CORREIO ECONÔMICO

POR MARTHA IMENES



Marcelo Camargo/Agência Brasil

Apostadores fazem filas em casas lotéricas de Brasília

Fazer uma 'fezinha' ficará mais caro a partir do dia 9

Os apostadores terão que desembolsar um dinheiro a mais para tentar a sorte a partir do dia 9. Nesta quinta-feira a Caixa Econômica anunciou um aumento médio de 21,67% nas apostas.

A popular Mega-Sena terá seu valor aumentado em 20%, passando de R\$ 5 para R\$ 6. Outros bilhetes que subiram 20% são: Quina, Dupla Sena e Super Sete, com os bilhetes

Abaixo da média

O reajuste da aposta da Lotofácil ficará um pouco abaixo da média, passará de R\$ 3 para R\$ 3,50, uma alta de 16,67%.

A Loteca registrará o maior percentual de aumento entre todas as modalidades: 33,33%. O preço mínimo da aposta passará de R\$ 3 para R\$ 4.

passando de R\$ 2,50 para R\$ 3. O reajuste da aposta da Lotofácil ficará um pouco abaixo da média, passará de R\$ 3 para R\$ 3,50, uma alta de 16,67%.

O último reajuste nas Loterias da Caixa ocorreu em abril de 2023, quando a aposta da Mega-Sena passou de R\$ 4,50 para R\$ 5.

O anúncio do aumento foi feito pela Caixa nesta quinta-feira (03).

Alta gradual

De acordo com a Caixa Econômica, os preços serão atualizados gradualmente. Dupla Sena, Quina, Lotofácil e Loteca sofrerão a mudança a partir do dia 9 de julho. Já a Mega-Sena será a partir do dia 10 de julho e a Super Sete a partir do dia 30 de julho.



Marcello Casal Jr. - Agência Brasil

Funcionamento foi autorizado cautelarmente pelo BC

Empresa alvo de ataque hacker volta a operar

A C&M Software restabeleceu suas operações do Pix na manhã desta quinta-feira (3). A empresa, que presta serviços de tecnologia para instituições financeiras, foi alvo de um ataque hacker que resultou no desvio de milhões de reais que instituições financeiras mantinham depositados em contas do Banco Central

(BC), conforme informações da Agência Brasil. O restabelecimento "sob regime de produção controlada" ocorreu após o BC substituir a determinação para que a empresa suspendesse seus serviços integralmente, e em caráter cautelar, por suspensão parcial. A empresa comprovou medidas de segurança extras.

Queda de vendas

O mercado de veículos novos cresceu 4,82% de janeiro a junho deste ano, com a venda de 1.143.657 unidades. No mês, no entanto, o resultado foi negativo, com queda de 5,66% ante maio e de 0,63% em relação a junho de 2024, com 212.897 de novas unidades vendidas.

Verba do FAT

As indústrias terão R\$ 4,43 bilhões adicionais do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para financiarem investimentos em tecnologia. Em reunião extraordinária, o CMN ampliou de 1,5% para 2,5% o limite de saldo do FAT usado em linhas de crédito corrigidas pela TR.

Sem crédito

As operações de desmatamento não poderão receber crédito de custeio agrícola para serem classificadas como pequenas despesas de investimento. O Conselho Monetário Nacional (CMN) excluiu uma brecha que permitia a desmatadores receberem crédito rural.

Helicóptero

O Brasil e a França assinaram uma carta de intenções para a produção do helicóptero H145 da fabricante de aeronaves Helibras, controlada pela Airbus, em sua fábrica instalada em Minas. O investimento é estimado em R\$ 1 bilhão, disse o Ministério do Desenvolvimento.

Enfim consenso: governo e oposição criticam juros

Deputados seguem ministro e rechaçam taxa Selic em 15%

Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil

Por Martha Imenes

A alta da taxa básica de juros é ponto de convergência entre membros do governo federal e oposição. Parlamentares, assim como o ministro da Agricultura e Pecuária, Carlos Fávaro, avaliam que a Selic a 15% ao ano impacta negativamente o crédito e o setor produtivo.

"Na minha avaliação, não sou economista, mas sou um cidadão que vive o dia a dia, e até como empresário, é inadmissível essa Selic a 15%. Temos uma inflação controlada, um Brasil crescendo pelo terceiro ano seguido na ordem de 3% ao ano, a renda da população crescendo, o desemprego caindo, a balança comercial com excedentes como nunca teve na história", disse Fávaro ao participar de entrevista a emissoras de rádio durante o programa Bom Dia, Ministro.

E disparou: "Qual a justificativa plausível? Eu não consigo achar, com todo o respeito ao (presidente do Banco Central, Gabriel) Galpólo e toda a diretoria do Banco Central,



Ministro Carlos Fávaro participa do programa Bom Dia, Ministro

15% de Selic? Isso dificulta a formação da equalização de um Plano Safra".

Para o líder do PT na Câmara, deputado Lindbergh Farias, concorda com o ministro: "Essa taxa de juros é impeditiva do crescimento econômico e da geração de empregos no país. É segunda maior taxa de juros do mundo e joga contra a econo-

mia do Brasil, que poderia estar crescendo ainda mais com juros mais baixos".

Na mesma linha segue o deputado Sóstenes Cavalcante (PL-RJ). Segundo ele, durante o governo Bolsonaro a taxa de juros ficou em 9,3%, em média.

"A taxa de juros no patamar de 15% gera altíssimos impactos ao setor produtivo e de crê-

dito no país", diz o deputado da oposição.

Durante o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), a taxa Selic teve uma trajetória oscilante: apresentou uma queda histórica a 2% ao longo de 2020 por conta da Covid, no ano anterior estava em 6,5%. A taxa fechou 2022 em 13,75% ao ano.

Impactos negativos no mercado

Com a Selic em 15%, o maior nível desde 2006, diversos setores da economia sentem os efeitos de uma política monetária mais restritiva. A justificativa do Banco Central para manutenção da taxa em alta é a contenção da pressão inflacionária, principalmente em serviços e alimentos. Se de um lado o juro alto segura a inflação, do outro pode desacelerar o crescimento da economia e pode elevar o desemprego, especial-

mente em setores dependentes de consumo.

E o efeito negativo vem em cascata: a indústria da construção civil sofre com o encarecimento do crédito e projetos de expansão e modernização são adiados; os setores de comércio e varejo enfrentam queda no consumo, causada pelo crédito mais caro e pela menor confiança do consumidor; serviços, como educação, saúde privada e lazer enfrentam evasão de con-

sumo e fundos imobiliários e mercado de ações perdem atratividade.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad avalia que Selic está "muito acima da inflação projetada" e que essa é uma política monetária "muito restritiva" que pode comprometer o crescimento.

Embora ligada ao agronegócio e considerada uma voz influente no Centrão, a deputada Tereza Cristina (PP-

MS) também criticou a Selic elevada por dificultar o Plano Safra 2025/2026, essencial para o financiamento da produção agrícola. Ela questionou se o governo Lula vai "reclamar do 'seu' Banco Central" diante da alta dos juros. A Confederação Nacional da Indústria (CNI) tem afirmado que a alta taxa de juros real, que chegou a 9,8% ao ano, está prejudicando a competitividade da indústria brasileira.

Toffoli homologa acordo do INSS

Fabio Pozzebom/Agência Brasil

Por Martha Imenes

O acordo que prevê devolução integral e imediata dos valores dos descontos fraudulentos dos aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) foi homologado pelo ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), nesta quinta-feira (3). O ministro é relator da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 1.236.

Os valores serão ressarcidos na folha de pagamento, sem a necessidade de ação judicial.

O acordo foi firmado entre Advocacia-Geral da União (AGU), Ministério da Previdência Social, INSS, Ministério Público Federal (MPF), Defensoria Pública da União (DPU) e Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

Os termos do acordo foram definidos durante uma reunião realizada em 24 de junho des-



Ministro Dias Toffoli é relator da ADPF 1.236 no Supremo

te ano. Com a homologação, Toffoli determinou a suspensão de todas as ações que estão em andamento e abordam o tema do ressarcimento dos descontos indevidos dos aposentados e pensionistas.

Ao homologar o acordo, o ministro manteve a suspen-

são da prescrição para a entrada com ações indenizatórias até que a ação seja concluída. "Com essa medida, tutelam-se os interesses dos aposentados e pensionistas e evita-se a grande onda de judicialização que já se faz presente em todo país", ressaltou o ministro.

Em sua decisão, Toffoli afirma que "o cenário ainda é agravado pela litigância predatória e pelo risco real de danos ao patrimônio público, resultando em condenações injustas que poderiam comprometer a integridade financeira do Estado".

"Está-se diante, portanto, de circunstâncias que exigem uma atuação preventiva para inibir a litigância de massa, reconhecer os direitos dos cidadãos e proteger o patrimônio estatal, outorgando-se a necessária segurança jurídica para a sociedade brasileira", escreveu.

O ministro-relator destaca que "conforme amplamente noticiado recentemente pela mídia brasileira, foram identificadas fraudes praticadas por entidades de direito privado em face de aposentados e pensionistas do Regime Geral de Previdência Social, apurados no âmbito da Operação Sem Desconto".

Golpistas usam concurso como isca

Um dia após o início das inscrições para o Concurso Público Nacional Unificado (CPNU) o governo federal retificou o edital para incluir oito cidades de Goiás que tinham ficado fora da lista de aplicação de provas na primeira versão. Ao todo, serão 228 cidades com locais de prova em todo país.

No mesmo dia do início das inscrições criminosos divulgaram um site falso de cadastro que imita a plataforma oficial

do governo. A página maliciosa tenta enganar os candidatos para fornecer dados pessoais e diz que o prazo estaria terminando.

O verdadeiro endereço eletrônico para a inscrição no CNU é site da FGV (Fundação Getúlio Vargas), acessível pelo link <https://conhecimento.fgv.br/cpnu2>. É preciso ter uma conta ativa no Gov.br, em qualquer nível (ouro, prata ou bronze). As inscrições se encerra-

às 23h59 do dia 20 de julho, ou seja, os candidatos ainda têm bastante tempo.

A imagem mostra uma tela de sistema de inscrição para o Concurso Público Nacional Unificado 2025. Na parte superior, há um cabeçalho com o título do concurso e logotipos. Abaixo, há um aviso em destaque com informações sobre o processo de inscrição.

Na parte inferior, há um campo para inserir o CPF e um

botão para prosseguir com a inscrição. O fundo é predominantemente azul e branco, com elementos gráficos simples.

A diferença mais perceptível é o endereço, que não contém a terminação ".gov.br" — indicativo de páginas oficiais da administração pública. A página ainda pede para que o usuário insira seu CPF.

Com informações da Folhapress